

THALITA FRESNEDA
GOMES DE CASTRO

Proteção de Dados e Concorrência

Uma análise comparativa entre
Alemanha e Brasil a partir do
caso Facebook (Case B6-22/16)

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2026

Sumário

Prefácio	IX
Introdução	1
1 Relação do direito concorrencial com a proteção de dados	11
1.1 Interação entre proteção de dados e direito concorrencial no contexto global	14
1.1.1 Histórico e evolução da interação entre proteção de dados e concorrência	18
1.1.2 Análise comparativa de abordagens relacionadas a proteção de dados no âmbito da concorrência em diferentes jurisdições	23
1.1.3 Desafios e oportunidades na convergência entre as duas áreas.....	30
1.2 Dados pessoais como ativos estratégicos para vantagem competitiva	35
1.2.1 Dados pessoais como ativos: modelo de mercado a preço zero	36
1.2.2 Modelo de negócios baseado na exploração de dados	39
2 Análise do caso Facebook (Case B6-22/16)	43
2.1 Contextualização do caso Facebook.....	44
2.2 Decisão do Bundeskartellamt (Autoridade Antitruste Alemã)	47
2.3 Decisão da Corte Regional de Düsseldorf	51
2.4 Decisão do Tribunal de Justiça Federal da Alemanha - Bundesgerichtshof (BGH)	55
2.5 Decisão do Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE)	61

3 Desafios e perspectivas na regulação das plataformas digitais e a interação entre concorrência e proteção de dados	67
3.1 Contexto e evolução da regulação das plataformas digitais... 68	
3.1.1 Regulação das plataformas digitais: definições e características.....	71
3.1.2 O Digital Markets Act (DMA) e seu papel na regulação das grandes plataformas.....	76
3.2 O papel dos dados como contraprestação e a Diretiva (UE) 2019/770	82
3.3 Considerações sobre o General Data Protection Regulation (GDPR) e sua aplicação no contexto concorrencial.....	86
3.4 Abuso de posição dominante e coleta de dados off-Platform.....	92
3.4.1 Análise do conceito de extensão imposta de serviços (Aufgedrangte Leistungserweiterung)	93
3.4.2 Impactos da coleta de dados off-Platform na concorrência e na autonomia dos usuários.....	94
3.5 A experiência brasileira: o diálogo entre o CADE e a ANPD	95
3.6 O Caso B6-22/16 e seus reflexos na integração entre direito concorrencial e proteção de dados no Brasil.....	102
3.6.1 Aplicabilidade da LGPD como ferramenta antitruste no Brasil.....	104
Conclusão	113
Referências	117